



CONCURSO PÚBLICO 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO



CARGO: 011

PROCURADOR JURÍDICO

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

01. O candidato deve verificar se este material está em ordem, caso não esteja, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
02. A prova consistirá de **40 questões** com **quatro** alternativas (**A, B, C, D**) das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada, com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
03. Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de qualquer material entre os candidatos.
04. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos como: régua, dicionário, boné, calculadora, relógio digital, bem como outro material que possa indicar tentativa de fraude.
05. O candidato só poderá ausentar-se do recinto da prova após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início da mesma. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE PROVA NESTE HORÁRIO**.
- 06 - O caderno de prova somente poderá ser levado pelo candidato faltando 01 (uma) hora para o término das mesmas.
07. Esta prova terá duração de 3 horas, com início às 08h e término às 11h.

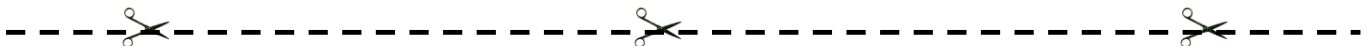
ACPI - Assessoria, Consultoria,
Planejamento e Informática



Mais informações:
www.acpi.com.br
concurso@acpi.com.br

Telefone: (65) 2123 - 4604

NOME DO CANDIDATO



Concurso Público 001/2015 - Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Grau de investimento

Sou de uma geração que crise econômica era uma rotina do dia a dia. Quando cursei economia, na década de 1980, a inflação mensal era de dois dígitos, passei por Cruzado, Cruzado Novo, confisco de Collor até chegar ao Plano Real. Sou de uma geração em que dever para o FMI era regra, não exceção. Só passei a viver em um país com grau de investimento em 2008. Mas durou pouco, a perda do grau de investimento, anunciada pela agência de classificação de risco Standard & Poors, na quinta-feira passada, significa um retrocesso que precisa merecer resposta à altura, do Palácio do Planalto. Foi justamente essa agência de avaliação de risco a primeira a elevar a nota da economia brasileira em 2008, incluindo-a entre as recomendadas como destino para grandes investidores internacionais. Se quiser evitar que as demais instituições sigam o mesmo caminho, o país precisa enfrentar de vez as razões de ter caído para o nível especulativo.

Nas explicações para o fato de ter antecipado a decisão, que ocorre poucos dias depois de o Planalto enviar ao Congresso uma proposta orçamentária com deficit primário de R\$ 30,5 bilhões para 2016, a própria agência dá uma ideia clara do que precisa ser enfrentado. A principal alegação é o fato de o governo, logo depois de reduzir a meta fiscal, ter partido para uma projeção de deficit. Outra questão apontada é a “falta de coesão” dentro da equipe oficial. Por mais que membros do governo insistam em minimizar o impacto da retirada do selo de bom pagador, é evidente que resta agora administrar os danos.

A perda de uma conquista importante para o país, como o grau de investimento, tem impacto sobre todos os brasileiros. Por isso, o Planalto deve ações firmes e imediatas. O simples fato de o país passar a ser visto como de maior risco implica redução nos investimentos, pressões sobre o câmbio, como as registradas ontem, e crédito mais caro para empresas e pessoas físicas. Num segundo momento, tende a gerar ainda mais desemprego, além de decisões como o rebaixamento da Petrobras, anunciado ontem. Por isso, não bastam apenas reuniões de emergência como a convocada quinta-feira pela presidente da República, nem as reiteradas manifestações tranquilizadoras do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. É preciso ação.

O governo deve fazer agora o que não fez antes, quando ainda havia tempo de evitar consequências drásticas de suas falhas de gerenciamento, como as previstas a curto e médio prazos. Isso significa, antes, acertar-se internamente e com o Congresso para, de imediato, promover reformas corajosas e eficazes que levem as contas do setor público a recuperar o equilíbrio.

(Texto escrito por Gustavo Oliveira, diretor de Redação do Diário de Cuiabá, edição nº 14298.)

QUESTÃO 01

A partir da leitura do texto, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) As moedas que circularam no país nas últimas décadas foram o Cruzado, o Cruzado Novo e o atual Real.
- B) Desde 1980 o país tem enfrentado grandes crises econômicas, vindo a melhorar em 1985.
- C) O FMI é o Fundo Monetário Internacional. É uma organização internacional com o objetivo de regular e atuar diretamente no funcionamento do sistema financeiro mundial.
- D) O Congresso precisa fazer reformas eficientes para que assim o país não chegue a consequências drásticas.

QUESTÃO 02

“Sou de uma geração que crise econômica era uma rotina do dia a dia. Quando cursei economia, na década de 1980...”

O autor escreveu parte do texto na primeira pessoa. Então podemos afirmar que:

- A) O texto é narrativo.
- B) O texto é descritivo.
- C) O texto é dissertativo.
- D) Carta aberta.

QUESTÃO 03

“Mas durou pouco, a perda do grau de investimento...”

Sobre a palavra “perda” É INCORRETO afirmar que:

- A) É sinônimo da palavra “perca”.
- B) São antônimas as palavras “ganhar” e “perder”.
- C) São parônimas as palavras “perda” e “perca”.
- D) É um substantivo que significa se “privar”, “excluir”.

QUESTÃO 04

“Outra questão apontada é a falta de coesão dentro da equipe oficial.”

Na frase “...é a falta de coesão dentro da equipe oficial” temos:

- A) Predicado verbal.
- B) Predicado verbo-nominal.
- C) Predicativo do sujeito.
- D) Predicado nominal.

QUESTÃO 05

“A perda de uma conquista importante para o país, como o grau de investimento, tem impacto sobre todos os brasileiros.”

O termo “como” é especificamente:

- A) Preposição.
- B) Conjunção.
- C) Advérbio.
- D) Artigo.

QUESTÃO 06

“É preciso ação.”

Ao analisarmos a frase acima não temos:

- A) Predicado nominal.
- B) Verbo de ligação.
- C) Locução verbal.
- D) Sujeito indeterminado.

QUESTÃO 07

“...a própria agência dá uma ideia clara do que precisa ser enfrentado.”

Sobre as regras de acentuação é CORRETO afirmar que:

- A) Não se usa mais o acento nos ditongos abertos éi e ói das palavras paroxítonas que têm acento tônico na penúltima sílaba.
- B) Nas palavras oxítonas, não se usa mais o acento no “i” e no “u” tônicos quando vierem depois de um ditongo.
- C) Se a palavra for paroxítona e o “i” ou o “u” estiverem em posição final (ou seguidos de s), o acento permanece.
- D) É facultativo o uso do acento nas palavras ídeia/ideia.

QUESTÃO 08

“A principal alegação é o fato de o governo, logo depois de reduzir a meta fiscal, ter partido para uma projeção de deficit.”

Sobre a frase: “logo depois de reduzir a meta fiscal” é CORRETO afirmar que:

- A) Aposto explicativo.
- B) Aposto conclusivo.
- C) Adjunto adverbial deslocado.
- D) Adjunto adverbial meio.

QUESTÃO 09

“Por mais que membros do governo insistam em minimizar o impacto da retirada do selo de bom pagador, é evidente que resta agora administrar os danos.”

O sentido do termo “selo de bom pagador” na frase equivale a:

- A) Registro autenticado.
- B) Nota promissória.
- C) Grau de investimento.
- D) Cartão magnético.

QUESTÃO 10

“Nas explicações para o fato de ter antecipado a decisão, que ocorre poucos dias depois de o Planalto enviar ao Congresso uma proposta orçamentária com deficit primário de R\$ 30,5 bilhões para 2016, a própria agência dá uma ideia clara do que precisa ser enfrentado.”

Em relação ao “que” e ao “do que” encontrados na frase, pode-se afirmar que são, respectivamente:

- A) Conjunção integrante/conjunção integrante.
- B) Pronome relativo/conjunção integrante.
- C) Pronome relativo/preposição.
- D) Pronome relativo/pronome relativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

O chefe do Poder Executivo de um determinado Município editou um ato normativo com o objetivo de conseguir benefícios pessoais. Assinale a alternativa em que consta o princípio violado:

- A) Impessoalidade.
- B) Eficiência.
- C) Moralidade.
- D) Nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 12

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

II- Somente a inexecução total do contrato enseja a sua rescisão.

III- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, podendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- C) Apenas o item I é verdadeiro.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 13

Julgue os itens abaixo em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I- A licitação poderá ser revogada pelo Presidente da Comissão de Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

II- A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

III- A autoridade competente poderá anular a licitação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, não necessitando de parecer escrito e devidamente fundamentado.

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas o item II é verdadeiro.
- C) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 14

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA acerca da responsabilidade civil:

I- A culpa exclusiva da vítima não exclui a responsabilidade do Estado;

II- Na culpa concorrente é atenuado o valor da indenização devida;

III- Em razão da estação chuvosa, o acúmulo de lixo nas vias públicas causou danos à população, nesse caso, a responsabilidade do Estado será objetiva, tendo em vista a sua conduta omissiva;

IV- Na teoria do risco administrativo, a responsabilidade civil da administração pública por atos comissivos é objetiva, ou seja, depende da comprovação da culpa ou dolo.

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- C) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 15

São requisitos fundamentais do ato administrativo, EXCETO:

- A) Competência.
- B) Finalidade.
- C) Objeto.
- D) Presunção de legitimidade.

QUESTÃO 16

Os contratados por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, são denominados servidores:

- A) Ocupantes de cargo em comissão.
- B) Estatutários.
- C) Celetistas.
- D) Nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 17

Analise os casos fictícios abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

I- Em um determinado Pregão participaram três empresas, A, B e C, todas com representantes presentes e todas tendo requerido o benefício concedido pela Lei Complementar 123/06 (ME e EPP). Ao final da etapa de lances, a empresa C ofertou o menor preço. Dando continuidade, o Pregoeiro procedeu à abertura do envelope de habilitação da empresa C. Esta apresentou a certidão negativa de falência ou concordata vencida. O Pregoeiro concedeu o prazo do artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06 para a empresa apresentar a referida certidão regularizada, no prazo de cinco dias úteis. ()

II- A Carta Convite foi encaminhada a três empresas, A, B e C, do ramo pertinente ao objeto a ser licitado, no dia 03/09/2015, com a abertura prevista para o dia 08/09/2015. No dia da sessão somente compareceram duas empresas. O presidente da Comissão deu prosseguimento à abertura da sessão com os presentes e, após a abertura dos envelopes de habilitação, foi verificada a documentação apresentada conforme estabelece o edital, em consonância com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Em seguida, após a ausência de interposição de recurso, deu-se prosseguimento à sessão com a abertura das propostas de preços, momento em que o presidente verificou a conformidade das propostas com o edital. Sagrou-se vencedora a empresa B. Sem manifestação de recursos, o presidente da Comissão adjudicou e homologou o objeto à empresa vencedora. ()

III- Uma determinada Carta Convite foi encaminhada a cinco empresas no dia 17/09/2015, prevendo a abertura para o dia 25/09/2015. Ocorre que no dia 24/09/15 uma das empresas impugnou o edital, sob a alegação de que as especificações técnicas dos produtos a serem licitados estavam incorretas. A Comissão não só acatou a impugnação como retificou o edital. No dia 25/09/14 foi realizada a licitação, comparecendo quatro empresas. Não houve recursos e a proposta de preços da empresa vencedora foi apresentada dentro do valor estimado. Contudo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, o Presidente da Comissão achou por bem revogar a licitação. ()

- A) F, F, F.
- B) V, F, F.
- C) F, F, V.
- D) V, V, F.

QUESTÃO 18

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I- A prorrogação da vigência contratual deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

II- A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

III- A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

IV- A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou o ato convocatório da licitação.

- A) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- C) Apenas o item IV é verdadeiro.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 19

Com fulcro na Lei nº 8.666/93 e em suas alterações, pode ser realizada dispensa de licitação, EXCETO:

- A) Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- B) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- C) Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- D) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

QUESTÃO 20

De acordo com o Sistema de Registro de Preços, disposto no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- B) O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão não participante.
- C) A licitação para registro de preços será realizada na modalidade Concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666/1993, ou na modalidade Pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.
- D) O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 21

De acordo com as regras do ITBI, julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso:

I - A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens imóveis transmitidos ou dos direitos reais cedidos, valor do imóvel para compra e venda à vista, segundo as condições usuais do mercado de imóveis. Na hipótese do Fisco não aceitar o valor, terá ensejo o arbitramento.

II - As alíquotas são fixadas em lei municipal, deverão ser proporcionais e não progressivas, uma vez que é vedada a progressividade para tal gravame, em razão de se tratar de imposto real.

III - No caso de o negócio sobre o qual incidiu ITBI ser desfeito, tendo este imposto sido recolhido anteriormente ao registro imobiliário, o contribuinte fará jus à restituição do respectivo valor.

IV - O ITBI é espécie de imposto sujeito a lançamento por declaração, a qual pode ser impugnada pela Administração fiscal municipal.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- C) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 22

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I - A Constituição Federal impõe o princípio da anterioridade, que obriga a consideração de que não basta a publicação de uma lei tributária e sua vigência para que sua força cogente seja eficaz, pois toda lei que instituir ou majorar tributos terá sua eficácia subordinada ao referido princípio, ressalvadas as exceções constitucionalmente previstas.

II - A legislação tributária, quanto ao espaço, submete-se ao princípio da territorialidade. Assim sendo, a legislação tributária é válida, em princípio, nos limites do território da pessoa jurídica que edita a norma. Todavia, a norma pode, por exceção, alcançar sujeitos passivos fora do Estado.

III - Em se tratando de isenções tributárias, o STF espousa a regra geral da revogabilidade das referidas isenções, excetuadas aquelas contidas por prazo certo e sob determinadas condições, quando se impõe o respeito ao cumprimento dessas cláusulas, entendendo-as, dessarte, como irrevogáveis.

IV - De acordo com a aplicação da legislação tributária, uma lei só se aplica aos fatos que ocorrerão após sua vigência, em abono ao princípio da irretroatividade. No entanto, essa regra não é absoluta, porque há leis que se aplicam a fatos pretéritos, portanto, lei de efeitos retroativos.

- A) Apenas o item I é verdadeiro.
- B) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 23

De acordo com a Súmula nº 544 do STF abaixo transcrita, assinale a alternativa INCORRETA.

Súmula 544 STF - "Isenção tributária concedida sob condição onerosa não pode ser livremente suprimida."

- A) A isenção pode ser anulada.
- B) Caso seja revogada a isenção, observar-se-á o princípio da anterioridade.
- C) A isenção é dispensa legal, portanto, deve ser concedida por meio de lei; no entanto, não se exige idêntico diploma normativo para sua concessão, ou seja, tributo criado por lei complementar pode ser isento por lei ordinária.
- D) Caso a isenção seja revogada e se trate de isenção por prazo certo ou condicional, não há que se observar o princípio da anterioridade.

QUESTÃO 24

Analise o caso hipotético abaixo narrado e assinale a alternativa CORRETA.

Determinado servidor público efetivo do Município de São José do Povo - MT foi exonerado de seu cargo público após conclusão de processo de sindicância instaurado para averiguar determinadas infrações cometidas pelo servidor. Após a exoneração, o mesmo protocolou pedido de pagamento de verbas rescisórias, pois tinha décimo terceiro e férias proporcionais a receber.

- A) As verbas rescisórias não se sujeitam à incidência de Imposto de Renda, devendo o gravame incidir sobre as verbas com caráter salarial.
- B) A indenização devida ao servidor pelo município tem a finalidade de ressarcir-lo por um dano sofrido e possui caráter trabalhista, deste modo deve haver a incidência de Imposto de Renda e de INSS.
- C) A indenização devida ao servidor pelo município tem a finalidade de ressarcir-lo por um dano sofrido e possui caráter trabalhista, deste modo deve haver a incidência de Imposto de Renda apenas.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 25

De acordo com as regras relativas ao ISSQN, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O fato gerador do ISS caracteriza-se pela efetiva prestação remunerada de serviços a terceiros e não pelo contrato ajustado.
- B) Em face do princípio da estrita legalidade tributária, para que os municípios possam cobrar o ISS dos prestadores de serviços, devem instituí-lo por meio de lei complementar própria, que poderá adotar todos os itens da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, ou alguns deles, sendo-lhes, porém, defeso criar serviços não previstos nessa norma complementar.
- C) Se o serviço for gratuito, ou em benefício próprio do prestador, não ocorre subsunção do fato à norma, dando oportunidade à não incidência.
- D) Os municípios possuem autonomia para fixar as alíquotas do ISS, por meio de leis próprias, respeitando os limites fixados na legislação federal. Assim, temos como alíquota mínima 2% e máxima 5%.

QUESTÃO 26

São princípios gerais de Direito Público que abarcam o Direito Tributário, EXCETO:

- A) A Constituição, quando quer os fins, concede igualmente os meios adequados.
- B) O todo explica as partes.
- C) Quem pode o mais, sempre pode o menos.
- D) As exceções são restritas.

QUESTÃO 27

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I - O ouro ativo financeiro ou instrumento cambial sujeita-se, exclusivamente, à incidência de IOF, uma vez que o imposto incide na primeira aquisição do ouro, ativo financeiro ou instrumento cambial, efetuada por instituição autorizada integrante do Sistema Financeiro Nacional. A alíquota é de 1% e a base de cálculo do IOF é o preço de aquisição do ouro, desde que dentro dos limites de variação da cotação vigente no mercado doméstico no dia da operação.

II - Nas operações de câmbio a alíquota do IOF é de 25% e incide sobre o montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição, correspondente ao valor, em moeda estrangeira, da operação de câmbio.

III - Nas operações relativas a títulos ou valores mobiliários a alíquota máxima é de 1% ao dia.

IV - Nas operações de seguro a alíquota é de 25% e incide sobre o valor dos prêmios de seguros pagos.

- A) Apenas os itens I, II e III são falsos.
- B) Apenas o item III é falso.
- C) Apenas os itens II e IV são falsos.
- D) Apenas os itens III e IV são falsos.

QUESTÃO 28

Conforme os dispositivos do Código Tributário Nacional e toda a legislação tributária vigente, julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso:

I - É inconstitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do ITR.

II - É legal a cobrança de ICMS com base no valor da mercadoria, submetido ao regime de pauta fiscal.

III - As empresas de construção civil estão obrigadas a pagar ICMS sobre mercadorias adquiridas como insumos em operações interestaduais.

IV - A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco.

- A) Os itens I, II e IV são verdadeiros.
- B) Os itens II, III e IV são verdadeiros.
- C) Os itens II e III são verdadeiros.
- D) Os itens I e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 29

Analise a situação fictícia abaixo narrada.

Estabelecimento industrial sediado em Cuiabá - MT promoveu a saída, para contribuinte sediado em Rondonópolis - MT, de produto tributado pelo ICMS, destinado à comercialização. A operação teve as seguintes características:

- Valor normal da mercadoria: R\$ 30.000,00;
- Desconto incondicional concedido: R\$ 500,00;
- Seguro debitado ao adquirente: R\$ 400,00;
- IPI: R\$ 650,00;
- Frete destacado na NF e cobrado do adquirente: R\$ 400,00.

De posse dessas afirmações, assinale a alternativa CORRETA:

- A) No caso em tela o IPI não integrará a base de cálculo do ICMS, pois a operação foi realizada entre contribuintes, foi relativa a produto destinado à comercialização e configurou fato gerador dos dois impostos.
- B) No caso em tela, houve o preenchimento das condições, de modo que é possível, de início, concluir que o IPI comporá a base de cálculo do ICMS.
- C) Se o IPI não compuser a base de cálculo do ICMS, a mesma será de R\$ 31.300,00.
- D) A base de cálculo do ICMS será o valor da mercadoria, menos o desconto incondicional, mais o seguro, ou seja, R\$ 29.900,00, pois o valor referente ao frete, mesmo que destacado em NF, não pode ser cobrado do adquirente.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa INCORRETA.

Não incide imposto de renda nos seguintes casos:

- A) Férias não gozadas por necessidade do serviço.
- B) Aviso prévio, cumprido ou indenizado.
- C) Programa de incentivo à demissão voluntária.
- D) Licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Com base no processo eleitoral brasileiro, julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

I - () O regime político brasileiro está fundamentado no presidencialismo, em que o povo determina quem serão os seus governantes, e na democracia, que é composta por três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

II - () O sistema eleitoral brasileiro é baseado no voto direto e secreto, ou seja, o eleitor vota diretamente no candidato ao cargo a ser preenchido, de maneira sigilosa, já que seu voto não pode ser divulgado a terceiros. Atualmente, representantes de todos os níveis dos Poderes Legislativo e Executivo brasileiros são escolhidos pelo voto direto. São considerados válidos os votos nominais aos candidatos e os votos nas legendas nas eleições proporcionais. Os votos nulos e em branco são descartados.

III - () O 1º turno das eleições acontece sempre no primeiro domingo do mês de outubro e o 2º turno, quando houver, geralmente no último domingo do mesmo mês. O 2º turno é realizado apenas nas eleições para Presidente, para governador e para prefeito, em municípios com mais de duzentos mil eleitores. Além disso, deve haver mais de dois candidatos no 1º turno de votação e nenhum deles ter conquistado a maioria absoluta dos votos válidos (51%).

IV - () Existem dois sistemas eleitorais no Brasil: majoritário e proporcional. No majoritário, vence o candidato que obtiver a maioria dos votos. Dessa forma, são eleitos o Presidente da República, Governadores, Senadores e Prefeitos. Já no sistema proporcional, o número de representantes políticos é distribuído proporcionalmente entre os partidos políticos concorrentes, assim, são eleitos os deputados federais, os deputados estaduais/distritais e os vereadores.

- A) F, F, V, F.
- B) V, V, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, F, F, V.

QUESTÃO 32

A inovação artificiosa, na pendência de processo civil ou administrativo, do estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir ao erro o juiz ou o perito diz respeito ao delito de:

- A) Fraude processual.
- B) Favorecimento real.
- C) Corrupção ativa de perito ou juiz.
- D) Coação no curso do processo.

QUESTÃO 33

O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

- A) Apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio, a ser elaborado em trinta dias, a contar de seu recebimento e enviado à Assembleia Legislativa para julgamento.
- B) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração Pública direta e indireta, do Poder Público Estadual ou Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- C) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Pública direta e indireta, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade, mesmo que não resulte prejuízo ao erário público.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 34

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I - Arresto é medida cautelar nominada, possui função essencialmente cautelar, recai sobre bens indeterminados do devedor, podendo tais bens consistir em móveis, imóveis ou créditos. Os requisitos para concessão do arresto são a prova literal da dívida, a prova documental ou a justificação do perigo do dano.

II - Sequestro é ação cautelar nominada e tem natureza cautelar. A finalidade do sequestro é garantir a execução para entrega de coisa certa e o objeto sobre o qual recai é coisa determinada.

III - Caução é uma garantia prestada por meio de procedimento que tem por objetivo garantir o cumprimento de uma obrigação. Pode ser prestada de dois modos: ou se colocam bens à disposição do juiz, e, neste caso, a caução será real, ou se apresenta fiador, e se terá caução fidejussória.

IV - A busca e apreensão tem por objeto coisas móveis ou pessoas. A medida será, respectivamente, real ou pessoal. A busca e apreensão é autorizada por sentença, sendo expedido mandado contendo a indicação do local onde a coisa ou a pessoa se encontram.

- A) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 35

De acordo com o princípio do Direito do Trabalho "*in dubio pro misero*", assinale a alternativa que contém sua descrição CORRETA:

- A) É nula, sem qualquer qualidade de gerar efeitos jurídicos, qualquer disposição contratual sem a prévia concordância das partes envolvidas no certame, sendo que a alteração *in pejus* não gera efeitos de órbita jurídica, pois produz danos diretos e indiretos ao empregado (relação de emprego onde o empregado é hipossuficiente). Assim, qualquer mudança contratual que piore a relação de emprego com escopo de prejudicar o empregado não produz efeitos jurídicos, e ainda é vedada pelo ordenamento jurídico trabalhista (art. 468, CLT).
- B) Tal princípio assim é denominado em virtude da existência de mais de um sentido que a lei trata, em que a interpretação jurídica de tal lei implica divergência razoável na sua aplicação. Assim, cabe ao juiz, quando se deparar com a pluriexistência de sentidos da norma, interpretar a norma em favor da parte mais fraca na relação jurídica trabalhista, isto é, o empregado. O mesmo é a interpretação quanto ao processo trabalhista, em que a desigualdade de fato depreende-se na defesa processual do empregado, muitas vezes suprida pelo desnível econômico que o mesmo não possui, consolidando, assim, o ponto importante da atividade judicial, que consiste não na elaboração do silogismo que é a sentença, mas na fixação das premissas que irão presidir àquela.
- C) O presente princípio é assente na ideia de que a realidade de fato (fática, presenciada somente em virtude dos fatos da vida real) deve ter prioridade sobre as cláusulas pactuadas entre seus signatários, pois é comum que as partes compactuem de uma forma e, ao revés de cumprirem o estipulado, a prática demonstrar outra realidade. Em outras palavras, tal princípio se comunica com o princípio da verdade real, estampada nos alicerces do direito processual penal.
- D) É, de certa forma, princípio pelo qual não se pode compactuar condições prejudiciais ao empregado, apenas devem ser compactuadas condições que beneficiem o empregado, tendo como resultado global a majoração de vantagens ou não prejuízo ao trabalhador. Estampando o princípio em voga, portanto, o art. 460 da CLT preceitua que os costumes podem estipular as condições de emprego e de remuneração, nunca sendo permitido o prejuízo à parte do empregado.

QUESTÃO 36

Analise a situação fictícia abaixo narrada e, em seguida, assinale o que se pede.

Lúcio Figueiró ingressou com ação judicial de usucapião perante determinado município brasileiro, requerendo a propriedade de quiosque situado na praça municipal, pois explora atividade com fins lucrativos neste local há 15 anos.

Sabendo que tal exploração foi precedida de procedimento licitatório para concessão de espaço público por 20 anos e de acordo com as normas de Direito Civil sobre aquisição de propriedade imóvel, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Lúcio Figueiró possui o direito líquido e certo de usucapir o imóvel, pois a atividade que explora é a única de que provém o seu sustento.
- B) Lúcio Figueiró possui o direito de propriedade sobre o imóvel com base na usucapião *pro misero*.
- C) De acordo com as regras impostas pelo Código Civil de 2002, o imóvel público pode ser usucapido através da usucapião especial.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 37

Conforme o Direito Processual Civil são procedimentos da jurisdição voluntária, EXCETO:

- A) O requerimento de emancipação do interessado e a separação consensual.
- B) A abertura de testamentos e a arrecadação de herança jacente.
- C) O conhecimento do pedido de declaração de ausência e o processo de pedidos de interdição.
- D) O pedido para especialização da hipoteca legal e a sub-rogação de bens dotais.

QUESTÃO 38

De acordo com os crimes praticados contra a Administração Pública, analise o caso hipotético abaixo narrado e após assinale a alternativa CORRETA.

Determinado servidor público municipal, detentor de cargo efetivo, alterou o sistema de informática do órgão onde exerce suas funções sem autorização da autoridade competente, resultando em grave dano para a Administração.

- A) Trata-se de crime agravado pelo resultado, aumentando-se a pena de um terço até a metade.
- B) A pena será de reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constituir um crime mais grave.
- C) A pena será de detenção, de um a três anos, se o fato não constituir um crime mais grave.
- D) Se a referida alteração retardar qualquer ato de ofício ou a prática se der infringindo dever funcional, o crime será qualificado.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei Orgânica da Saúde, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as **CORRETAS**:

I - As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas na Constituição Federal, obedecendo ainda, dentre outros, aos seguintes princípios: universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência e integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema.

II - Entende-se por saúde do trabalhador um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

III - Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

IV - Entende-se por prestação de serviços à saúde da população e impacto ambiental de risco um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

- A) Apenas o item I é falso.
- B) Os itens II e III são falsos.
- C) Apenas o item IV é falso.
- D) Os itens III e IV são falsos.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa **INCORRETA**. São hipóteses para interposição do recurso de agravo:

- A) Diante do deferimento ou indeferimento de medidas cautelares e de antecipações de tutela.
- B) Diante do deferimento ou indeferimento de preliminar suscitada pelo réu no interior da contestação, quando ocorrida no curso do processo, antes da prolação da sentença.
- C) Diante do deferimento de liminares no ambiente de ações possessórias.
- D) Diante do indeferimento da colheita de determinada espécie probatória, geralmente no curso da audiência de instrução e julgamento.